



11. Os resíduos gerados e relacionados à atividade desenvolvida, com a finalidade de evitar danos ambientais, devem ser convenientemente armazenados no próprio local e encaminhados para destinação final adequada, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados para a realização dos referidos serviços.
12. Implementar e Executar todos os programas e recomendações exaradas nos estudos apresentados (RAS e RDPA), mantendo-os num mínimo de cinco anos com orçamento compatível à sua execução, à exceção daqueles definidos com prazo superior.
13. Deverá ser mantida a apresentação, ao Instituto Água e Terra, de relatórios de todos os Planos, Programas e Subprogramas no RAS/RDPA e outros a serem estabelecidos, com manifestações conclusivas sobre os dados apresentados, em periodicidade conforme cronograma apresentado. Aqueles que não estiverem definidos o prazo de entrega deverão ser enviados semestralmente.
14. O requerente da presente licença fica CIENTE que havendo inventário aprovado pela ANEEL para o mesmo trecho do rio, a presente licença ambiental não lhe confere direito adquirido no que se refere à prevalência das PCHs e UHEs sobre os empreendimentos de menor porte.
15. As condicionantes da presente licença ambiental poderão ser contestadas no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão.
16. Central de Geração Hidrelétrica - CGH Maravilha  
Rio Covó - Bacia do Rio Iguaçu  
Coordenadas UTM do Barramento: 22J 377294.00 m E; 7124571.00 m S  
Coordenadas UTM da Casa de Força: 22J 377873.72 m E; 7124969.54 m S  
Nível de água Máximo Maximorum de Montante: 895,77 m  
Nível de água Normal de Montante: 893,30 m  
Nível de água Normal de Jusante: 868,00 m  
Barramento: soleira de regularização com 25,00 m de comprimento e 0,50 m de altura  
Reservatório: não há formação de reservatório  
Canal de aproximação: 130,00 m de comprimento  
Canal de adução: primeira parte com 75,00 m, seguido por 65,00 m de galeria e última parte com 340,00 m de extensão  
Conduto forçado: 110,00 m e 1,60 m de diâmetro e após bifurcação 16,00 m de extensão e 1,10 m de diâmetro  
Turbina: 2 unidades  
Vazão sanitária: 0,31 m³/s  
Trecho de Vazão Reduzida: 3.387,00 m de extensão  
Canal de restituição: 20,00 m de extensão  
Potência: 1,30 MW  
Energia firme: 0,65 MW
17. Dar continuidade ao monitoramento de fauna, com campanhas sazonais, durante a operação do empreendimento atendendo na íntegra as condicionantes das Autorizações de Fauna vigentes.
18. Manter o monitoramento de fauna conforme Portaria IAT nº 012/2024 e Autorização de Monitoramento aprovada, com apresentação de relatório conclusivo e pedido de aprovação ao Setor DLF/Fauna para finalização das campanhas.
19. Todos os programas e projetos apresentados que deverão ser executados referentes às condicionantes desta Licença Ambiental deverão ter as suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, ou equivalente, devidamente recolhidas e anexadas aos respectivos projetos.
20. Deverá implementar as medidas propostas pelo DLF - Fauna, após manifestação no protocolo 23.493.089-3, para as melhorias no cercamento do canal adutor, visando evitar queda de fauna e passagem de pessoas no local, em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento do comunicado, com posterior envio de relatório fotográfico das melhorias.
21. Manter a vazão sanitária mínima de jusante no trecho de vazão reduzida correspondente a, no mínimo, 0,31 m³/s, conforme Portaria nº 13610/2024/OD-GOUT.
22. Deverá ser mantida vigente a outorga de direito de recursos hídricos, emitida pelo Instituto Água e Terra, durante toda a vida útil de operação do empreendimento.
23. Dar continuidade ao Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, em conformidade à proposta apresentada e aprovada junto ao protocolo 21.114.836-5, contemplando a recuperação da área de preservação permanente - APP, para a faixa de no mínimo 30,00 metros, e áreas de recuperação do TCRDA, conforme apresentado no PRAD, com apresentação de relatórios periódicos de acompanhamento, com imagens datadas e georreferenciadas.
24. Deverá ser recolhida a diferença da reposição florestal equivalente ao volume proveniente da supressão florestal para implantação da CGH Maravilha, conforme Lei Estadual nº 11.054/1995 e Decreto Estadual nº 1.940/1996, encaminhado em protocolo específico ao setor DLF/SERFLOR, no prazo de 90 (noventa) dias.
25. Deverá manter comunicação com Prefeitura Municipal de Mangueirinha sobre manutenções no sistema de tratamento de esgoto doado a comunidade Covó, informando nos Relatórios Ambientais sobre as manutenções realizadas.
26. Deverá apresentar um programa detalhado com metodologia e cronograma referente a coleta de resíduos sólidos no rio Covó, na área diretamente afetada pela usina, e articular com a Prefeitura de Mangueirinha ações para evitar a disposição inadequada de resíduos sólidos nas áreas do entorno, num prazo de 90 (noventa) dias.
27. Durante o período de operação deverá ser realizado o monitoramento semestral da qualidade de água do rio Covó com envio dos resultados ao Instituto Água e Terra.
28. Dar continuidade as tratativas para assinatura do Termo de Compromisso, em até 60 dias, referente ao atendimento do artigo 17º da Lei Federal nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e Resolução SEMA nº 03/2019, conforme protocolo nº 20.281.085-3.
29. Em atendimento ao artigo 8º da Lei nº 20.929 de 17/12/2021, a qual suspende os processos de compensação em trâmite no Instituto Água e Terra - IAT, instruídos com base no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000, e que estejam pendentes de formalização do respectivo Termo de Compromisso, até que seja publicado o regulamento indicado no artigo 5º desta Lei, fica o empreendedor obrigado a retomar as tratativas em relação a compensação ambiental assim que expedido o regulamento indicado no artigo 5º da Lei nº 20.929/2021, devendo dar continuidade no protocolo nº 16.718.524-0.
30. O empreendedor deverá manter a página na internet com o nome do empreendimento (<https://www.donfernandoenergy.com.br/downloads-cgh-maravilha>), na qual contém informações da CGH Maravilha, tais como, estudos, relatórios, licenças ambientais, entre outros, responsabilizando-se em manter atualizadas as informações e disponíveis para acesso público.
31. Deverão ser realizadas manutenções periódicas no cercamento do canal, com reparos sempre que forem identificados danos, a fim de garantir a manutenção de sua função e integridade.
32. Atender integralmente todas as condicionantes estabelecidas na Portaria de Outorga, na Autorização Florestal e nas Autorizações de Fauna vinculadas a este empreendimento.
33. As ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos ou atividades necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico para a parte ampliada ou alterada, adotados os mesmos critérios do licenciamento, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025.
34. Esta Licença Ambiental foi emitida para CGH com a potência de 1,30 MW.

Curitiba, 16 de Julho de 2025

Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.

Assinatura do Representante

ROSSANA BALDANZI  
Departamento de Licenciamento de Atividades Poluidoras